


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
FÓRUM DE LIMEIRA

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Limeira
R. Boa Morte, 661, - Centro - Limeira - SP - Fone: (019) 3442-5000

EDITAL-INTERDIÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO DE OLGA NAHAS DE MORAES. - Justiça Gratuita
O DR. RILTON JOSÉ DOMINGUES, MM. Juiz de Direito da SEGUNDA VARA JUDICIAL DA COMARCA DE LIMEIRA-SP, na forma da lei.

FAZ SABER a todos, quanto o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem e possa interessar, expedido dos autos da INTERDIÇÃO nº 1852/10, que NÍCIA HENED DE MORAES CORREA SANTOS ajuizou em favor de OLGA NAHAS DE MORAES, que se processam perante este Juízo e Cartório do 2º Ofício judicial, que atendendo as provas dos autos, por sentença proferida em 16/02/2011, com o trânsito em julgado datado de 10/03/11, cujo tópico final segue abaixo, foi decretada a interdição de OLGA NAHAS DE MORAES, viúva, incapaz, portadora do RG nº 2.256.610-SSP/SP e do CPF nº 797.025.513.72, filha de Rafael Miguel Nahas e de Amélia Miguel Nahas, nascida em Ita/SP, aos 07 de julho de 1922, residente e domiciliada à Praça da Matriz, nº 128, 3º andar, apartamento 32, centro, Iracemápolis/SP, "...A interdita é portadora de demência não especificada na doença de Alzheimer, que a impossibilita de reger sua pessoa e praticar os atos da vida civil. Isto posto e considerando o mais que dos autos consta, DEFIRO o pedido inicial e DECRETO a interdição de OLGA NAHAS DE MORAES, nomeando para sua curadora, em definitivo sua filha, NÍCIA HENED DE MORAES CORREA SANTOS, sob compromisso. Fica a Curadora nomeada obrigada à especialização de hipoteca legal, nos termos do artigo 1.188 do Código de Processo Civil, o que deverá ser informado nos autos, em cinco dias. Procedam-se às publicações previstas no artigo 1.184 do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e pagas eventuais custas, extrai-se mandado para averbação no cartório competente. Limeira, 16/02/2011. (a) Rilton José Domingues, Juiz de Direito. "E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e deste não aleguem ignorância e produza seus devidos e legais efeitos, é expedido o presente edital que será afixado no local de costume do edifício do fórum e publicado pela imprensa, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma da Lei. Será o presente edital, por extrato, afixado no local de costume do Fórum local e publicado na forma da lei. Eu, Sílvia Helena Marques da Cruz, escrevente, digitei e eu, Lucimara Martins, Diretora de Divisão, conferi e autorizo a publicação do texto supra.

Lucimara Martins
Diretora de Divisão
2ª Of. Cível de Limeira



Ato Normativo da
Secretaria Municipal da Educação

Resolução SME nº 05/2011 de 14 de março de 2011.

(Dispõe sobre estudos de recuperação contínua, paralela e do ciclo na rede municipal de ensino fundamental)

ANTONIO MONTESANO NETO, Secretário Municipal da Educação, **NO EXERCÍCIO** de suas competências atribuídas e delegadas pelo Decreto nº. 13 de 14/01/98 e suas respectivas alterações, em especial o artigo 11, letra "j", e

- considerando o disposto na Lei Federal 9394/96, em seus Artigos 24, inciso V, alínea "e"; 12, inciso V; e 13, inciso IV; o contido no Parecer do Conselho Municipal de Educação nº 04/99, de 13/05/99, a Deliberação CME nº 04, de 09/12/09 e o Regimento Escolar;
- considerando que cabe à escola potencializar o desenvolvimento das habilidades básicas dos alunos e criar condições para que todos possam progredir em suas aprendizagens;
- considerando que os processos de recuperação devem resultar da identificação das necessidades dos alunos e da análise reflexiva das práticas pedagógicas que caracterizam a avaliação contínua;

- considerando que os estudos de recuperação se caracterizam por momentos de atividades específicas para a superação das dificuldades e para a consolidação de aprendizagens efetivas para todos os alunos;
- considerando a necessidade de regulamentação, implementação e avaliação dos processos de recuperação contínua, paralela e de ciclo, que atendam às demandas nas escolas da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Artigo 1º - A recuperação da aprendizagem dar-se-á na seguinte conformidade:

- I - de maneira contínua, no decorrer das aulas regulares;
- II - de maneira paralela, ao longo do ano letivo e em horário diverso ao das aulas regulares;
- III - ao final do CICLO I e/ou CICLO II dos anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos ou ao final do CICLO I do ensino fundamental de 8 anos, atendendo às necessidades dos alunos e retomando habilidades e competências não dominadas no decorrer dos ciclos, mas necessárias para o ciclo subsequente.

Artigo 2º - A recuperação contínua caracteriza-se por intervenções imediatas às dificuldades específicas dos alunos. Caberá ao professor realizar atividades diversificadas, além de intervenções diferenciadas para sanar as dificuldades identificadas.

Artigo 3º - A recuperação do ciclo deverá ocorrer de acordo com o disposto na Deliberação CME nº 04/2009.

Artigo 4º - A recuperação paralela caracteriza-se por procedimentos destinados ao atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem ou habilidades defasadas.

Parágrafo Único A recuperação paralela de que trata o caput deste artigo destina-se aos alunos dos 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental de 9 anos e aos alunos da 4ª série e da Recuperação de Ciclo do Ensino Fundamental de 8 anos, até completarem o Ciclo;

Artigo 5º - As escolas municipais de ensino fundamental deverão identificar as dificuldades de aprendizagens e habilidades defasadas e oferecer a recuperação contínua e paralela, conforme o previsto em Regimento Escolar, Plano Gestor, Deliberação CME nº 4/2009 e o determinado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9304/96.

§1º Os estudos de recuperação paralela serão oferecidos em caráter temporário, de março até o último dia do mês de novembro do ano letivo;

§2º As atividades de recuperação paralela não excluem aquelas desenvolvidas pelo professor nas classes regulares, como recuperação contínua;

§3º As atividades de recuperação paralela deverão ser objeto de planejamento da escola, coordenadas pelo Diretor e assessoradas pelo Professor Coordenador, com acompanhamento do Centro Municipal de Estudos Pedagógicos (CEMEP) e dos Agentes de Desenvolvimento Educacional.

Artigo 6º - Cabe à escola elaborar instrumento avaliativo a partir do rol de habilidades definidas pela Rede Municipal de Ensino, o qual possibilitará a identificação dos alunos em defasagem ou com dificuldades, para formação das turmas de recuperação paralela.

Artigo 7º - Os projetos de recuperação serão formulados pelos professores das classes regulares, submetidos à apreciação do Conselho de Ciclo e encaminhados, pela Direção da Escola, para parecer do Centro Municipal de Estudos Pedagógicos (CEMEP).

Artigo 8º - Os projetos de recuperação paralela deverão conter:

- I - objetivos, diagnósticos das habilidades defasadas, situação didática, metas e procedimentos avaliatórios;
- II - critérios de agrupamento e formação das turmas;
- III - período com número de horas-aula previsto;
- IV - responsáveis pelo diagnóstico;
- V - parecer do Professor Coordenador;
- VI - parecer do Diretor;

§1º Para cumprimento do disposto neste artigo, as escolas poderão agrupar alunos das diferentes classes, sendo que o mínimo é de 10 e o máximo de 15 alunos.

§2º É recomendável que os alunos matriculados em classes que tenham tratamento pedagógico pertencente a programas diferenciados sejam agrupados em turmas em que se possa manter a mesma metodologia.

§3º Somente em casos excepcionais, e com parecer favorável da Secretaria Municipal da Educação, poderão ser constituídas turmas com número inferior a 10 alunos.

Artigo 9º - As atividades de recuperação paralela serão desenvolvidas de 1 a 2 horas-aula diárias para cada turma.

§1º A carga horária deverá ser definida pela equipe escolar, mediante aprovação do Centro Municipal de Estudos Pedagógicos (CEMEP), a partir das dificuldades identificadas, não ultrapassando 10 horas-aula semanais.

§2º As aulas referidas no "caput" deste artigo deverão ocorrer em horário diverso daquele das aulas regulares dos alunos.

Artigo 10º - Os alunos com deficiências e que apresentem defasagem de aprendizagem serão atendidos prioritariamente nas salas de recursos.

Artigo 11º - Caberá à Direção da Escola e à Coordenação Pedagógica da U.E.:

- I - articular, internamente, visando à implantação dos estudos de recuperação paralela;
- II - acompanhar a execução, fornecendo orientação e subsídios técnicos;
- III - redirecionar as ações, quando se fizer necessário;
- IV - garantir a integração entre o docente das classes regulares e os professores responsáveis pela recuperação, estabelecendo um vínculo de compromisso de ambos na aprendizagem do aluno;
- V - supervisionar, acompanhar e avaliar todo o processo de recuperação paralela;

VI – informar aos pais ou responsáveis das dificuldades dos alunos, bem como da necessidade de recuperação, esclarecendo a comunidade escolar da importância do apoio e da participação das famílias nas decisões da escola;

VII – enviar o projeto de recuperação para a Secretaria Municipal da Educação, aos cuidados da equipe do CEMEP, para apreciação e aprovação;

VIII – providenciar espaço físico adequado para desenvolvimento de atividade;

IX – disponibilizar materiais e ambientes que favoreçam o desenvolvimento das atividades de recuperação;

X – monitorar o desempenho dos alunos e cuidar para que as atividades de recuperação assegurem a aprendizagem e, sempre que necessário, reformular o projeto quando se mostrar inadequado.

XI – dar ciência aos pais de que se encaminharão ao Conselho Tutelar os casos de ausência por 2 (duas) semanas consecutivas ou 10 (dez) horas/aula interpoladas, bem como de oposição da família à participação do aluno nos estudos de Recuperação Paralela.

Artigo 12 – Caberá ao docente da classe regular:

I – indicar as habilidades defasadas do ano de escolaridade de cada aluno, pontuando com objetividade e estabelecendo metas de curto prazo;

II – monitorar o desempenho do aluno e manter atualizados os registros em Relatório de Turma;

III – propor atividades adequadas às dificuldades do aluno;

IV – orientar e acompanhar o desenvolvimento das atividades de recuperação, propondo alterações quando necessário;

V – decidir pela permanência ou pela dispensa do aluno das aulas de recuperação, promovendo a reintegração com sucesso, nas atividades da classe regular, no menor tempo possível;

VI – apresentar, ao final de cada semestre, em conjunto com os demais profissionais designados pelo diretor da escola, inclusive, caso haja, o professor de Recuperação Paralela, um Plano de Ação para Recuperação Contínua e outro para Recuperação Paralela de cada aluno sob sua responsabilidade e que apresente dificuldades de aprendizagem, para análise e aprovação do colegiado, na reunião do Conselho de Ciclo.

Artigo 13 – Caberá ao docente responsável pelas aulas de recuperação:

I – apresentar, em conjunto com os demais profissionais designados pelo diretor da escola, um Plano de Ação para a Recuperação Paralela de cada aluno que apresente dificuldades de aprendizagem;

II – avaliar o desempenho do aluno, registrando em pasta-prontuário toda a documentação necessária: identificação da classe de origem, relatório do professor de origem, planejamento, atividades propostas e resultados obtidos, autorização dos pais, possíveis relatórios de profissionais de áreas afins;

III – desenvolver atividades significativas e diversificadas, de orientação, acompanhamento e avaliação do aprendizado, capaz de levar o aluno a superar suas dificuldades;

IV – avaliar continuamente o desempenho do aluno, através de instrumentos diversificados, registrando seus avanços e dificuldades e redirecionando o trabalho, quando necessário;

V – registrar o desempenho dos alunos e os resultados obtidos, as metas alcançadas durante o processo, com indicação dos progressos observados ou das dificuldades que ainda persistem;

VI – participar das capacitações promovidas pela Secretaria Municipal da Educação e dos HTPCs;

VII – Ao final do projeto de recuperação paralela, ou quando o aluno atingir as metas propostas, elaborar relatório individual e síntese dos resultados alcançados com cada turma, os quais deverão ser encaminhados à coordenação pedagógica;

VIII – apontar, discutir e justificar as não conformidades no desenvolvimento dos processos de recuperação ao Conselho de Ciclo e/ou a direção e coordenação pedagógica da escola.

§1º – caberá ao professor coordenador acompanhar e subsidiar a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação dos referidos planos de trabalho e preencher ficha de acompanhamento.

§2º – o resultado obtido pelo aluno nas atividades de Recuperação Paralela será considerado nos procedimentos de avaliação adotados pelo professor da classe regular.

Artigo 14 – caberá ao Conselho de Ciclo da Escola:

I – discutir e analisar as dificuldades dos alunos, diagnosticadas pelos professores das diferentes classes;

II – propor e acompanhar as atividades de recuperação para esses alunos, envolvendo o professor da classe e o responsável pelas aulas de recuperação;

III – avaliar coletivamente os resultados obtidos pelos alunos, propondo as intervenções e encaminhamentos necessários à progressão continuada;

IV – propor a reformulação do projeto de recuperação paralela, quando os resultados alcançados pelo aluno não demonstrarem os progressos esperados.

Parágrafo Único As decisões do Conselho de Ciclo e os encaminhamentos para a recuperação paralela deverão constar:

a) no Relatório de Turma;

b) nas atas de reuniões ordinárias previstas no calendário escolar e/ou de reuniões extraordinárias realizadas especificamente para esse fim.

Artigo 15 – Compete à Secretaria Municipal da Educação, por meio do Centro Municipal de Estudos Pedagógicos:

I – orientar e apontar as escolas municipais de ensino fundamental, na elaboração e implementação dos projetos de recuperação da aprendizagem;

II – analisar as propostas apresentadas pela escola e dar parecer final para implantação dos projetos;

III – capacitar as equipes escolares e os professores encarregados das aulas de recuperação;

IV – acompanhar e avaliar a execução das atividades de recuperação, propondo a reformulação, quando necessário.

Artigo 16 – As turmas de Recuperação Paralela serão atribuídas ao professor com magistério, Normal Superior ou licenciatura em Pedagogia, devendo a atribuição ser lavrada em livro próprio.

§1º Aos profissionais que atuam na Sala de Recursos serão atribuídas turmas de recuperação paralela, após atendidos todos os alunos da sua especificidade.

§2º Nas escolas com salas de recursos, o professor especializado deverá completar o número de alunos atendidos com alunos da Recuperação Paralela, tendo, em seu período de aula, 5h/a para elaboração, adaptação de material e análise das atividades de Sala de Recursos.

§3º Nas escolas que não possuem Sala de Recursos, ou em que estas não atenderem à demanda da Recuperação Paralela, serão criadas classes específicas para o atendimento da Recuperação Paralela.

§4º Os docentes que assumirem classes de Recuperação Paralela cumprirão a carga horária de 30h/a semanais, sendo:

I – 3 HTPCs;

II – 2 HTPCs;

III – 5 h/a diárias com atendimento discente, excetoando 1 dia na semana, no qual se cumprirá 2 h/a de planejamento e 3 h/a com atendimento aos alunos das turmas formadas.

Artigo 17 – Os projetos de Recuperação Paralela serão acompanhados e avaliados pelo Conselho de Ciclo, pela Direção da Escola e pela Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo Único Constatada inadequação ou irregularidades de qualquer natureza no desenvolvimento dos projetos, a escola ou a Secretaria Municipal da Educação adotará medidas para o redirecionamento ou até mesmo supressão do projeto.

Artigo 18 – As escolas deverão manter os registros atualizados dos alunos encaminhados para estudos de recuperação paralela, a fim de possibilitar à equipe escolar e à Secretaria Municipal da Educação condições de um efetivo acompanhamento do desempenho escolar de cada aluno.

Artigo 19 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução SME 04/2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e onze.

ANTONIO MONTESANO NETO
Secretário Municipal da Educação

EDITAL DE CITAÇÃO À RECLAMADA Nº 58/2011

PROCESSO Nº 0174500-95.2009.5.15.0123 RTOrd

RECLAMANTE: Maria de Lourdes da Silva.

RECLAMADOS: Maria Forti de Paula Iracemópolis ME
Persil Prestadora de Serviços Rurais S/C Ltda
João José Cardoso (Sítio Cardoso)
Geraldo Feltri (Sítio Feltri)

A Dra. JULIANA BENATTI, Juíza Federal do Trabalho da 2ª VARA DO TRABALHO DE LIMEIRA, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que ficam notificadas as reclamadas Maria Forti de Paula Iracemópolis ME, CNPJ. 02.944.679/0001-00, Persil Prestadora de Serviços Rurais S/C Ltda, CNPJ 03.167.932/0001-11, João José Cardoso (Sítio Cardoso), Geraldo Feltri (Sítio Feltri) a comparecerem à AV. MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA, 1430, JD. GLÓRIA - CEP 13487-230, LIMEIRA/SP, para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO em 25/04/2011, às 14:45 horas, relativa à reclamação a seguir transcrita: "EXCELENTÍSSIMO SR DOUTOR JUIZ FEDERAL DO TRABALHO DA MM VARA DO TRABALHO DE LIMEIRA MARIA DE LOURDES DA SILVA, brasileira, casada, da lavoura, portadora do RG nº 37106029-1 SSP/SP, CPF 973496915-72 CTPS 11735 série 246-SP, nascida em 26/02/1953, filha de Maria Isabel da Conceição residente e domiciliada a rua Avenida Tomaz Alves, sem número, Bairro Santo Antonio, Município de Juazeiro, Estado da Bahia, CEP 48903-000, devendo as notificações serem remetidas para a casa numero 46 da rua Tomaz Spinola, Bairro Camaba do Sertão, município Juazeiro, Estado da Bahia, CEP 48922-000, aos cuidados de Eva, vem propor Reclamação Trabalhista em face de: MARIA FORTI DE PAULA IRACEMÓPOLIS ME, CNPJ 02.944.679/0001-00 estabelecida à rua José Alves de Oliveira, n. 23, Jardim Iracema, IRACEMAPOLIS/SP CEP 13495-000; PERSIL PRESTADORA DE SERVIÇOS RURAIS S/C L.TDA, CNPJ 03.167.932/0001-11, estabelecida na época trabalhada à Rua José Finnino nº 45, Iracemópolis/SP CEP 13495-000; COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRICOLA OMETTO, CNPJ 51.466.860/0001-56, estabelecida na

**EDITAL**

O Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Limeira, convoca os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público (Edital 001/2007), para comparecer na Rua Prof^o Dr. Alberto Ferreira, n.º 179, no Departamento Pessoal, entre os dias 5, 6, 9, 10 e 11 de maio de 2011, das 10 às 14 horas, para receber instruções sobre a documentação necessária à tomada de posse no respectivo cargo.

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Clas.	Inscrição	Nome	Ref.	Grau	Nível	Secretaria
51	02000906	CLAUDIO ALEXANDRE BERNARDO	6	A	1	SAÚDE
52	02002380	FRISILLA RODRIGUES DO VALLE	6	A	1	SAÚDE
54	01008820	MATHEUS IBANEZ FREIRE	6	A	1	SAÚDE
55	02000741	CHRISTIANE APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	6	A	1	SAÚDE

AUXILIAR DE FARMÁCIA - CANDIDATO AFRO-BRASILEIRO

Clas.	Inscrição	Nome	Ref.	Grau	Nível	Secretaria
92	01002214	CAMILA CARVALHO DE LIMA	6	A	1	SAÚDE

TECNÓLOGO (TECNÓLOGO EM SANEAMENTO)

Clas.	Inscrição	Nome	Ref.	Grau	Nível	Secretaria
6	02061104	VANESSA LEONEL COSTA	23	A	1	SAÚDE
6	02060985	ROSANGELA SAEKO TIBANA	23	A	1	SAÚDE

TECNÓLOGO (TECNÓLOGO EM SANEAMENTO) - CANDIDATO AFRO-BRASILEIRO

Clas.	Inscrição	Nome	Ref.	Grau	Nível	Secretaria
10	02069916	GRANADA DOS REIS FERRARI OLIVEIRA	23	A	1	SAÚDE

Limeira, 04 de maio de 2011

Sérgio Bento de Oliveira
Diretor de Recursos Humanos

**EDITAL**

O Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Limeira, convoca os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público (Edital 002/2007), para comparecer na Rua Prof^o Dr. Alberto Ferreira, n.º 179, no Departamento Pessoal, entre os dias 5, 6, 9, 10 e 11 de maio de 2011, das 10 às 14 horas, para receber instruções sobre a documentação necessária à tomada de posse no respectivo cargo.

VETERINÁRIO

Clas.	Inscrição	Nome	Ref.	Grau	Nível	Secretaria
1	10008820	WILSON JOSE GUARDA	25	A	1	MEIO AMBIENTE

Limeira, 04 de maio de 2011

Sérgio Bento de Oliveira
Diretor de Recursos Humanos

**EDITAL**

O Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, da Prefeitura Municipal de Limeira, convoca os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público (Edital 001/2010), para comparecer na Rua Prof^o Dr. Alberto Ferreira, n.º 179, no Departamento Pessoal, entre os dias 5, 6, 9, 10 e 11 de maio de 2011, das 10 às 14 horas, para receber instruções sobre a documentação necessária à tomada de posse no respectivo cargo.

TÉCNICO EM ALIMENTOS

Clas.	Inscrição	Nome	Ref.	Grau	Nível	Secretaria
1	68206	ARIANE CRISTINA QUINALHA	16	A	1	SAÚDE

Limeira, 04 de maio de 2011

Sérgio Bento de Oliveira
Diretor de Recursos Humanos



ATO NORMATIVO
da Secretaria Municipal
da Educação

Secretaria da
Educação
Secretaria Municipal da Educação

RESOLUÇÃO SME. N.º 006 de 2 de maio de 2011.

ANTONIO MONTESANO NETO, Secretário Municipal da Educação,

NO EXERCÍCIO de suas atribuições, delegadas pelo Decreto Municipal n.º 13, Artigo 11, Alínea "j", de 14 de janeiro de 1998,

CONSIDERANDO o ofício n.º 027/2011, protocolado na SME em 27/04/2011 solicitando alteração do abono de ponto;

ALTERA a Resolução SME n.º 004 de 25 de fevereiro de 2011, referente ao cronograma de eventos do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) – Subseleção de Limeira:

Entidade	Evento	De	Para
APEOESP	Reunião Ordinária de professores representantes de Escola.	04/05/2011	11/05/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e onze.

ANTONIO MONTESANO NETO
Secretário Municipal da Educação

**PORTARIA N.º 1.071, DE 2 DE MAIO DE 2011.**

SILVIO FÉLIX DASILVA, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

CONSIDERANDO a Lei Complementar n.º 403, de 11 de dezembro de 2007, que criou cargos na Administração Pública Municipal (art. 4.º e Anexo I);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso I, da Lei Complementar n.º 41, de 20 de junho de 1991, bem como em observância à homologação do Concurso Público Edital n.º 02/2007, publicada no Jornal Oficial do Município de Limeira em 12 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO a prorrogação do Concurso Público Edital n.º 02/2007, por mais dois anos, pelo Decreto n.º 5, de 7 de janeiro de 2010, e

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo n.º 12.248, de 4 de abril de 2011,

RESOLVE:

A) Nomear, em caráter efetivo, o Sr. WILSON JOSE GUARDA para o cargo de Veterinário, Referência 25, Grau "A", Nível 1, lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Biotecnologias.

B) As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento-programa.

C) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE e Cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e onze.

SILVIO FÉLIX DASILVA
Prefeito Municipal

PUBLICADA no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e onze.

JULIANA M. MONTEIRO DOS SANTOS SBRAGI
Secretária Executiva do Prefeito Interina